



Mapas 2017

Consolidado - Políticas Sociais

[Versão completa para impressão](#)

Promoção de vidas saudáveis

Última atualização em 25/01/2018 às 21:19 por Suzete Faustina dos Santos

Sobrevivência infantil e na infância

1) Em 2016, o Município desenvolveu ações de promoção e orientação do aleitamento materno?

✓ Sim

Não

1.1) Quais foram as ações desenvolvidas pelo Município, em 2016, para promoção e orientação do aleitamento materno?

✓ Realização de campanha local de incentivo à amamentação.

Realização de ações de capacitação de profissionais da Saúde, organizadas pelo próprio Município

Esclarecimento a empregadores sobre a importância do apoio à mulher trabalhadora que amamenta.

Instalação de salas de apoio à amamentação, em órgãos da administração municipal.

2) Em 2016, o Município realizava acompanhamento do aleitamento de crianças de até 6 meses?

✓ Sim

Não

2.1) Como era realizado o acompanhamento do aleitamento de crianças de até 6 meses, em 2016?

O acompanhamento era realizado pelas equipes de Saúde da Família / Agentes Comunitários de Saúde.

✓ O acompanhamento era realizado quando as mães compareciam às Unidades Básicas de Saúde.

3) Em 2016, o Município realizava acompanhamento do aleitamento de crianças de mais de 6 meses até 2 anos?

✓ Sim

Não

3.1) Como era realizado o acompanhamento do aleitamento de crianças de mais de 6 meses até 2 anos, em 2016?

O acompanhamento era realizado pelas equipes de Saúde da Família / Agentes Comunitários de Saúde.

✓ O acompanhamento era realizado quando as mães compareciam às Unidades Básicas de Saúde.

4) Em 2016, o Município possuía Comitê de Prevenção do Óbito Infantil e Fetal, criado e em funcionamento?

✓ Sim. O Comitê estava criado e em funcionamento.

O Comitê estava criado, mas não estava em funcionamento.

Não. O Comitê não havia sido criado.

Não, mas participava de Comitê Regional.

Não, mas participava de Comitê Estadual.

Sim, estava criado e em funcionamento, porém não possui regulamentação.

4.1) Registrar informações sobre a criação do Comitê de Prevenção do Óbito Infantil e Fetal.

Instrumento legal (lei, decreto, portaria)

Decreto

Nº

4860

Data da publicação

14/07/2007

5) Em 2016, o Município realizou investigação de óbitos de crianças menores de 1 ano?

Sim

Não

Não ocorreram óbitos de crianças menores de 1 ano, em 2016.

5.1) Qual foi a abrangência da investigação de óbitos de crianças menores de 1 ano, em 2016?

Todos os óbitos foram investigados.

Parte dos óbitos foi investigada.

5.2) Que órgão ou grupo realizou a investigação de óbitos de crianças menores de 1 ano, em 2016?

Os hospitais / maternidades.

O Comitê de Prevenção do Óbito Infantil e Fetal.

As equipes de Saúde da Família.

Grupo de profissionais constituído para essa finalidade, na Secretaria Municipal de Saúde.

Os Agentes Comunitários de Saúde.

5.3) Quais os tipos de óbitos de crianças menores de 1 ano investigados, em 2016?

Morte hospitalar.

Morte em outros serviços de saúde.

Morte no trajeto para o hospital ou outro serviço de saúde.

✓ **Morte domiciliar.**

Morte em via pública.

Morte em outro local (por exemplo, em creche).

5.4) Qual a área geográfica coberta pela investigação de óbitos de crianças menores de 1 ano, em 2016?

✓ **Toda a área do Município.**

A área urbana de todo o Município.

A área urbana da sede do Município.

As áreas urbana e rural da sede do Município.

5.5) As informações sobre óbitos de crianças menores de 1 ano foram centralizadas na Secretaria Municipal de Saúde, em 2016?

✓ **Sim**

Não

6) Em 2016, o Município realizou investigação de óbitos de crianças menores de 5 anos?

Sim

✓ **Não**

Não ocorreram óbitos de crianças menores de 5 anos, em 2016.

6.1) Qual foi a abrangência da investigação de óbitos de crianças menores de 5 anos, em 2016?

Depende de: Questão 6, alternativa 1

Todos os óbitos foram investigados.

Parte dos óbitos foi investigada.

6.2) Que órgão ou grupo realizou a investigação de óbitos de crianças menores de 5 anos, em 2016?

Depende de: Questão 6, alternativa 1

Os hospitais / maternidades.

O Comitê de Prevenção do Óbito Infantil e Fetal.

As equipes de Saúde da Família.

Grupo de profissionais constituído para essa finalidade, na Secretaria Municipal de Saúde.

Os Agentes Comunitários de Saúde.

6.3) Quais os tipos de óbitos de crianças menores de 5 anos investigados, em 2016?**Depende de: Questão 6, alternativa 1**

Morte hospitalar.

Morte em outros serviços de saúde.

Morte no trajeto para o hospital ou outro serviço de saúde.

Morte domiciliar.

Morte em via pública.

Morte em outro local (por exemplo, em creche ou pré-escola).

6.4) Qual a área geográfica coberta pela investigação de óbitos de crianças menores de 5 anos, em 2016?**Depende de: Questão 6, alternativa 1**

Toda a área do Município.

A área urbana de todo o Município.

A área urbana da sede do Município.

As áreas urbana e rural da sede do Município.

6.5) As informações sobre óbitos de crianças menores de 5 anos foram centralizadas na Secretaria Municipal de Saúde, em 2016?**Depende de: Questão 6, alternativa 1**

Sim

Não

7) Em 2016, o Município adotou medidas para prevenção e/ou redução dos óbitos de crianças?

✓ Sim

Não

7.1) Quais foram as medidas adotadas pelo Município, em 2016, para prevenção e/ou redução dos óbitos de crianças?

Aumento do número de profissionais/equipes envolvidos em ações relacionadas à Saúde da Família.

✓ **Criação de programa de orientações a gestantes, relativas a cuidados pré-natais e parto.**

Aumento do número de leitos de maternidade.

Melhoria do acesso aos serviços de saúde (ampliação do número de unidades, disponibilidade de transporte).

✓ **Realização de ações de promoção e orientação do aleitamento materno.**

Realização de ações de complementação alimentar para crianças em risco nutricional.

✓ **Criação de programa de orientação familiar sobre a saúde da criança (sinais de doenças; providências domésticas; busca de atendimento).**

Estabelecimento de parcerias com organizações sociais para difusão de orientações a gestantes e famílias com crianças pequenas.

✓ **Capacitação de serviços de saúde e assistência social, escolas, igrejas e empresas para difusão de informações a gestantes e famílias e encaminhamento aos serviços especializados.**

Sobrevivência materna

8) Em 2016, o Município realizava o acompanhamento de gestantes (pré-natal)?

✓ Sim

Não

8.1) Como o Município realizava o acompanhamento de gestantes, em 2016?

- ✓ O acompanhamento era realizado pelas equipes de Saúde da Família.
- ✓ O acompanhamento era realizado pelos Agentes Comunitários de Saúde.
- ✓ O acompanhamento era realizado por médicos ou enfermeiros, quando do comparecimento da gestante às Unidades Básicas de Saúde.

8.2) Em 2016, as equipes de Saúde da Família ou os Agentes Comunitários de Saúde contavam com procedimentos definidos para a realização de acompanhamento pré-natal?

✓ Sim

Não

8.2.1) Em 2016, os procedimentos para realização de acompanhamento pré-natal pelas equipes de Saúde da Família ou pelos Agentes Comunitários de Saúde, incluíam:

- ✓ Busca ativa de gestantes não inscritas no acompanhamento pré-natal.
- ✓ Recondição de gestantes faltosas ao acompanhamento pré-natal.
- ✓ Criação de grupos de gestantes.
- ✓ Realização de, no mínimo, duas visitas domiciliares às gestantes participantes do acompanhamento pré-natal.
- ✓ Fornecimento de informações específicas sobre direitos e sobre possíveis impactos das condições de trabalho na gestação, às gestantes que exerciam atividades fora do lar.
- ✓ Inclusão dos pais ou parceiros nos programas e atividades de acompanhamento pré-natal.
- ✓ Acompanhamento de aspectos da gestação (indicadores e sintomas), de acordo com orientações da Unidade de Saúde.
- ✓ Verificação do cartão da gestante (comparecimento às consultas previstas, vacinação).
- ✓ Encaminhamento a consulta não programada, se necessário.

8.3) Qual a área geográfica coberta pelo acompanhamento pré-natal, em 2016?

✓ Toda a área do Município.

A área urbana de todo o Município.

A área urbana da sede do Município.

As áreas urbana e rural da sede do Município.

9) Em 2016, o Município possuía Comitê de Mortalidade Materna, criado e em funcionamento?

✓ **Sim. O Comitê estava criado e em funcionamento.**

O Comitê estava criado, mas não estava em funcionamento.

Não. O Comitê não havia sido criado.

Não, mas participava de Comitê Regional.

Não, mas participava de Comitê Estadual.

9.1) Registrar informações sobre a criação do Comitê de Mortalidade Materna.

Instrumento legal (lei, decreto, portaria)

Decreto

Nº

4860

Data da publicação

14/07/2007

10) Em 2016, o Município realizou investigação de óbitos maternos?

✓ **Sim**

Não

Não ocorreram óbitos maternos, em 2016.

10.1) Qual foi a abrangência da investigação de óbitos maternos, em 2016?

✓ **Todos os óbitos foram investigados.**

Parte dos óbitos foi investigada.

10.2) Que órgão ou grupo realizou a investigação de óbitos maternos, em 2016?

Os hospitais / maternidades.

✓ **O Comitê de Mortalidade Materna.**

As equipes de Saúde da Família.

✓ **Grupo de profissionais constituído para essa finalidade, na Secretaria Municipal de Saúde.**

Os Agentes Comunitários de Saúde.

10.3) Quais os tipos de óbitos maternos investigados, em 2016?

✓ **Morte hospitalar.**

Morte em outros serviços de saúde.

Morte no trajeto para o hospital ou outro serviço de saúde.

Morte domiciliar.

Morte em via pública.

Morte em outro local (por exemplo, no local de trabalho).

10.4) Qual a área geográfica coberta pela investigação de óbitos maternos, em 2016?

✓ **Toda a área do Município.**

A área urbana de todo o Município.

A área urbana da sede do Município.

As áreas urbana e rural da sede do Município.

10.5) As informações sobre óbitos maternos foram centralizadas na Secretaria Municipal de Saúde, em 2016?

✓ **Sim**

Não

11) Em 2016, o Município adotou medidas para prevenção e/ou redução dos óbitos

maternos?

✓ **Sim**

Não

11.1) Quais foram as medidas adotadas pelo Município, em 2016, para prevenção e/ou redução dos óbitos maternos?

- ✓ **Aumento do número de profissionais / equipes envolvidos em ações relacionadas à Saúde da Família.**
- ✓ **Definição de procedimentos para acompanhamento pré-natal pelos profissionais da Saúde.**
- ✓ **Criação de programa de prevenção da gravidez na adolescência.**
- ✓ **Criação de programa de orientações a gestantes, relativas a cuidados pré-natais e parto.**

Aumento do número de leitos de maternidade.

Melhoria do acesso aos serviços de saúde (ampliação do número de unidades, disponibilidade de transporte).

- ✓ **Realização de ações de promoção e orientação do aleitamento materno.**
- ✓ **Estabelecimento de parcerias com organizações sociais para difusão de orientações a gestantes.**
- ✓ **Capacitação de serviços de saúde e assistência social, escolas, igrejas e empresas para difusão de informações a gestantes e encaminhamento aos serviços especializados.**

Gestão em Saúde

12) Em 2016, o Município possuía Conselho Municipal de Saúde, criado e em funcionamento?

✓ **Sim. O Conselho estava criado e em funcionamento.**

O Conselho estava criado, mas não estava em funcionamento.

Não. O Conselho não havia sido criado.

12.1) Registrar informações sobre a criação do Conselho Municipal de Saúde.

Instrumento legal (lei, decreto, portaria)

Lei

Nº

752 de 08 de julho de 1991

Data da publicação

10/07/1991

12.2) Quais as comissões intersetoriais em funcionamento no Conselho Municipal de Saúde, em 2016?

Alimentação e nutrição.

Saneamento e meio ambiente.

Vigilância sanitária e farmacoepidemiologia.

Recursos humanos.

Ciência e tecnologia.

✓ **Saúde do trabalhador.**

Não havia nenhuma comissão em funcionamento

12.3) Em 2016, o Conselho Municipal de Saúde trabalhou em conjunto com outros Conselhos Municipais, em questões relacionadas à criança e ao adolescente?

Sim. Por meio de reuniões periódicas.

✓ **Sim. Por meio de reuniões eventuais.**

Não trabalhou.

12.3.1) Quais os Conselhos Municipais com os quais o Conselho Municipal de Saúde trabalhou, em 2016, em questões relacionadas à criança e ao adolescente?

Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Conselho Municipal de Alimentação Escolar.

Conselho Municipal de Educação.

✓ **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.**

13) O Município elaborou Plano Municipal de Saúde para o período 2014 – 2017?

Sim

Não

13.1) O Plano Municipal de Saúde 2014 - 2017 contempla, expressamente, a política municipal de atenção à saúde de crianças e adolescentes?

Sim

Não

Segurança alimentar e nutricional

14) Em 2016, o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN estava implantado, no Município?

Sim

Não

14.1) Em 2016, o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN estava implantado:

Em todas as Unidades Básicas de Saúde.

Em parte das Unidades Básicas de Saúde.

15) Em 2016, o Município realizava acompanhamento do estado nutricional de crianças menores de 5 anos?

Sim

Não

15.1) Quais as crianças abrangidas por esse acompanhamento?

Crianças de famílias em situação de vulnerabilidade, identificadas pela Assistência Social.

Crianças matriculadas na Educação Infantil municipal.

Crianças que compareciam às Unidades Básicas de Saúde, para vacinação ou atendimento ambulatorial.

16) Em 2016, o Município desenvolvia ações de combate a problemas nutricionais de crianças menores de 5 anos?

✓ Sim

Não

16.1) Quais foram as ações de combate a problemas nutricionais de crianças menores de 5 anos desenvolvidas pelo Município, em 2016?

- ✓ Fornecimento de leite.
- ✓ Fornecimento de complementos nutricionais.
- ✓ Oferta de alimentação escolar adequada e saudável.
- ✓ Orientação às famílias para o fornecimento, às crianças, de alimentação variada e equilibrada.
- ✓ Orientação específica às famílias sobre o tratamento e os cuidados de crianças com anemia.
- ✓ Orientação específica às famílias sobre o tratamento e os cuidados de crianças com verminoses.
- ✓ Orientação específica às famílias sobre a alimentação e os cuidados de crianças com sobrepeso / obesidade.
- ✓ Inclusão, nos currículos da Educação Infantil municipal, de ações voltadas à aquisição de hábitos alimentares saudáveis.

Inclusão, nos currículos da Educação Infantil municipal, de ações voltadas ao resgate de hábitos alimentares regionais e culturais.

16.2) Quais as crianças / famílias abrangidas pelas ações de combate a problemas nutricionais de crianças menores de 5 anos desenvolvidas pelo Município, em 2016?

Crianças identificadas em situação de risco nutricional e suas famílias.

Crianças e famílias em situação de vulnerabilidade, identificadas pela Assistência Social.

- ✓ Crianças matriculadas na Educação Infantil municipal e suas famílias.
- ✓ Crianças que compareciam às Unidades Básicas de Saúde, para vacinação ou atendimento ambulatorial, e suas famílias.

17) Em 2016, quem se responsabilizava pela elaboração dos cardápios da merenda escolar oferecida no Município?

✓ Nutricionista pertencente ao quadro de servidores da Prefeitura Municipal.

Nutricionista contratado periodicamente para prestação desse serviço.

Técnicos (não nutricionistas) da Secretaria Municipal de Educação.

Empresa fornecedora da merenda escolar.

As próprias escolas.

18) Em 2016, os cardápios da merenda escolar eram elaborados de acordo com o nível / modalidade de ensino?

✓ Sim

Não

19) Em 2016, a Secretaria Municipal de Educação realizava acompanhamento sistemático da merenda escolar oferecida, de acordo com os cardápios elaborados?

✓ Sim

Não

19.1) Em 2016, o acompanhamento da merenda escolar oferecida era realizado:

✓ Em todas as escolas municipais.

Em parte das escolas municipais.

20) Em 2016, o Município desenvolveu ações de capacitação das pessoas envolvidas na preparação ou no serviço da merenda escolar?

✓ Sim

Não

20.1) Em 2016, as ações de capacitação das pessoas envolvidas na preparação ou no serviço da merenda escolar foram desenvolvidas:

✓ Para todas as escolas municipais.

Para parte das escolas municipais.

21) Em 2016, conteúdos de Educação Alimentar e Nutricional estavam presentes nos currículos das escolas municipais?

✓ **Sim**

Não

21.1) Como a Educação Alimentar e Nutricional estava presente nos currículos das escolas municipais, em 2016?

✓ **Estavam presentes conteúdos teóricos e atividades práticas.**

Estavam presentes conteúdos teóricos.

Estavam presentes atividades práticas.

21.2) Nos currículos de que níveis, etapas e modalidades de ensino estavam presentes conteúdos de Educação Alimentar e Nutricional, nas escolas municipais, em 2016?

✓ **Na Educação Infantil - creche.**

✓ **Na Educação Infantil - pré-escola.**

✓ **No Ensino Fundamental - anos iniciais.**

✓ **Na Educação de Jovens e Adultos.**

Gestão em segurança alimentar e nutricional

22) Em 2016, o Município possuía Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, criado e em funcionamento?

✓ **Sim. O Conselho estava criado e em funcionamento.**

O Conselho estava criado, mas não estava em funcionamento.

Não. O Conselho não havia sido criado.

22.1) Registrar informações sobre a criação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Instrumento legal (lei, decreto, portaria)

Lei

Nº

Lei nº 2248/2004 de 07/07/2004 e reestruturada pela Lei 3135 de 12/05/2015

Data da publicação

08/07/2004

22.2) Em 2016, o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional trabalhou em conjunto com outros Conselhos Municipais, em questões relacionadas à criança e ao adolescente?

Sim. Por meio de reuniões periódicas.

Sim. Por meio de reuniões eventuais.

Não trabalhou.

22.2.1) Quais os Conselhos Municipais com os quais o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional trabalhou, em 2016, em questões relacionadas à criança e ao adolescente?

Conselho Municipal de Saúde.

Conselho Municipal de Alimentação Escolar.

Conselho Municipal de Educação.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

23) Em 2016, o Município possuía Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional?

Sim

Não

23.1) O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional em vigor em 2016 contemplava, expressamente, a política municipal de atenção a crianças e adolescentes?

Depende de: Questão 23, alternativa 1

Sim

Não

24) Em 2016, o Município possuía Conselho de Alimentação Escolar, criado e em funcionamento?

✓ **Sim. O Conselho estava criado e em funcionamento.**

O Conselho estava criado, mas não estava em funcionamento.

Não. O Conselho não havia sido criado.

24.1) Registrar informações sobre a criação do Conselho de Alimentação Escolar.

Instrumento legal (lei, decreto, portaria)

Decreto

Nº

1144 de 23/04/1990 instituiu o CAE

Data da publicação

24/04/1990

24.2) Em 2016, o Conselho de Alimentação Escolar trabalhou em conjunto com outros Conselhos Municipais?

✓ **Sim. Por meio de reuniões periódicas.**

Sim. Por meio de reuniões eventuais.

Não trabalhou.

24.2.1) Quais os Conselhos Municipais com os quais o Conselho de Alimentação Escolar trabalhou, em 2016?

Conselho Municipal de Saúde. (CD)

✓ **Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.**

Conselho Municipal de Educação.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Saneamento básico

25) Em 2016, o Município desenvolvia atividades ou campanhas de educação ambiental voltadas à economia de água, pelos usuários?

✓ Sim

Não

26) Em 2016, qual era, aproximadamente, a porcentagem da área urbana do Município atendida por serviços de drenagem e manejo de águas pluviais?

Porcentagem

97,60

27) Em 2016, havia coleta seletiva de lixo nas escolas municipais?

✓ Sim

Não

27.1) Em 2016, a coleta seletiva estava disponível

Em todas as escolas municipais.

✓ Em todas as escolas municipais urbanas.

Em parte das escolas municipais urbanas e rurais.

Em parte das escolas municipais urbanas.

28) Em 2016, o Município desenvolvia programas ou ações de educação ambiental voltadas à não geração, redução, reutilização e reciclagem do lixo doméstico?

✓ Sim

Não

29) Em 2016, o Município desenvolvia programas ou ações de orientação para o descarte adequado do lixo doméstico?

✓ Sim

Não

30) Em 2016, o Município realizou ações de combate ao mosquito aedes aegypti, para prevenção de dengue, zika e chikungunya?

✓ Sim

Não

30.1) Quais foram as ações para prevenção de dengue, zika e chikungunya realizadas pelo Município, em 2016?

✓ Campanhas de esclarecimento à população e orientação para eliminação de criadouros do mosquito, no rádio.

✓ Campanhas de esclarecimento à população e orientação para eliminação de criadouros do mosquito, por meio de folhetos.

✓ Campanhas de esclarecimento à população e orientação para eliminação de criadouros do mosquito, por meio de cartazes em locais de grande acesso.

✓ Visitas domiciliares para identificação e eliminação de focos do mosquito.

✓ Limpeza de terrenos baldios, laterais de estradas e córregos.

✓ Eliminação e prevenção de poças d'água de chuva, em vias públicas.

✓ Ações envolvendo estudantes e professores de escolas municipais.

Gestão em saneamento básico

31) Em 2016, o Município contava com Plano Municipal de Saneamento Básico?

✓ Sim

Não

31.1) O Plano Municipal de Saneamento Básico em vigor em 2016

✓ Era exclusivo do Município.

Abrangia vários municípios (regionalização dos serviços).

31.2) O Plano Municipal de Saneamento Básico em vigor em 2016, contemplava:

✓ Abastecimento de água (captação, distribuição e tratamento).

✓ Esgotamento sanitário (coleta e tratamento).

- ✓ **Limpeza urbana (serviços de varrição, capina e roçada).**
- ✓ **Coleta e destinação de resíduos sólidos urbanos (domésticos e públicos).**
- ✓ **Drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.**

32) Em 2016, o Município contava com Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos?

✓ **Sim**

Não

32.1) O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos em vigor em 2016:

Era exclusivo do Município.

O Município participava de Plano microrregional.

O Município participava de Plano intermunicipal.

✓ **O Plano estava incluído no Plano Municipal de Saneamento Básico.**

Acesso à educação de qualidade

Última atualização em 30/01/2018 às 11:41 por Suzete Faustina dos Santos

Acesso e qualidade na Educação Infantil

1) Em 2016, a inscrição de crianças aguardando vagas em creches municipais próprias era centralizada?

Sim. Toda a demanda de vagas em creches próprias era centralizada na Secretaria Municipal de Educação.

✓ **Não era centralizada. Cada creche própria tinha sua lista de espera.**

A espera por vaga em creches próprias não era registrada.

O Município não possuía creches próprias.

2) Em 2016, o Município adotava critérios para prioridade de matrícula nas creches municipais próprias?

Sim

✓ Não

3) Em 2016, a inscrição de crianças aguardando vagas em creches municipais conveniadas era centralizada?

✓ **Sim. Toda a demanda de vagas em creches conveniadas era centralizada na Secretaria Municipal de Educação.**

Não era centralizada. Cada creche conveniada tinha sua própria lista de espera.

A espera por vaga em creches conveniadas não era registrada.

O Município não possuía creches conveniadas.

4) Em 2016, o Município adotava critérios para prioridade de matrícula nas creches municipais conveniadas?

Sim

✓ Não

5) Em 2016, a inscrição de crianças aguardando vagas em pré-escolas municipais era centralizada?

Sim, era centralizada na Secretaria Municipal de Educação.

Não era centralizada. Cada pré-escola tinha sua própria lista de espera.

A espera por vaga em pré-escolas municipais não era registrada.

O Município não possuía pré-escolas.

✓ **Não havia crianças em lista de espera para vagas em pré-escolas municipais**

6) Em 2016, o Município adotava critérios para prioridade de matrícula em pré-escolas municipais?

Sim

✓ Não

7) Em 2016, o Município ofereceu oportunidades de formação continuada aos docentes de creches municipais próprias?

✓ Sim

Não

7.1) Em 2016, as oportunidades de formação continuada foram oferecidas:

✓ Aos docentes de todas as creches próprias.

Aos docentes de parte das creches próprias.

7.2) O conteúdo da formação continuada oferecida aos docentes de creches municipais próprias, em 2016, foi definido:

Em cada creche ou grupo de creches com clientela semelhante.

✓ Pela Secretaria Municipal de Educação.

Pela instituição (faculdade, consultoria) responsável pelo desenvolvimento das ações.

8) Em 2016, o Município ofereceu oportunidades de formação continuada aos docentes de creches municipais conveniadas?

✓ Sim

Não

8.1) Em 2016, as oportunidades de formação continuada foram oferecidas:

✓ Aos docentes de todas as creches conveniadas.

Aos docentes de parte das creches conveniadas.

8.2) O conteúdo da formação continuada oferecida aos docentes de creches municipais conveniadas, em 2016, foi definido:

✓ Em cada creche ou grupo de creches com clientela semelhante.

Pela Secretaria Municipal de Educação.

Pela instituição (faculdade, consultoria) responsável pelo desenvolvimento das ações.

9) Em 2016, o Município ofereceu oportunidades de formação continuada aos docentes de pré-escolas municipais?

✓ **Sim**

Não

9.1) Em 2016, as oportunidades de formação continuada foram oferecidas:

✓ **Aos docentes de todas as pré-escolas municipais.**

Aos docentes de parte das pré-escolas municipais.

9.2) O conteúdo da formação continuada oferecida aos docentes de pré-escolas municipais, em 2016, foi definido:

Em cada pré-escola ou grupo de pré-escolas com clientela semelhante.

✓ **Pela Secretaria Municipal de Educação.**

Pela instituição (faculdade, consultoria) responsável pelo desenvolvimento das ações.

10) Em 2016, as creches municipais próprias adotavam estratégias de interação com as famílias?

✓ **Sim**

Não

10.1) Quais as estratégias de interação com as famílias de crianças matriculadas em creches municipais próprias adotadas em 2016?

✓ **As famílias tinham oportunidade de conhecer as instalações das creches, bem como as equipes que nelas trabalhavam.**

✓ **Diretores, professores e demais membros da equipe escolar explicavam aos pais ou responsáveis, com clareza e em termos simples, os objetivos da educação na creche.**

✓ **Pais ou responsáveis eram estimulados a fornecer informações que ajudassem na adaptação da criança (hábitos, gostos, medos, problemas de saúde, etc).**

✓ **Durante o período de adaptação da criança, um membro da família era autorizado a permanecer na sala, quando isso se mostrasse necessário.**

✓ **Encontros periódicos com pais ou responsáveis eram realizados, para tratar do desenvolvimento e de necessidades da criança.**

✓ **Pais ou responsáveis eram convidados a participar de atividades pedagógicas (contação de histórias, atividades recreativas).**

Pais ou responsáveis acompanhavam as crianças em atividades externas.

Pais ou responsáveis eram convidados a participar de atividades de apoio às crianças (preparo e distribuição de merenda, cuidados de higiene, etc).

11) Em 2016, as creches municipais próprias possuíam proposta pedagógica?

✓ **Sim**

Não

11.1) Como se deu a elaboração da proposta pedagógica desenvolvida pelas creches municipais próprias, em 2016?

✓ **A proposta pedagógica foi elaborada em cada creche, a partir de diretrizes fornecidas pela Secretaria Municipal de Educação.**

A proposta pedagógica foi livremente elaborada em cada creche.

Uma proposta pedagógica única para todas as creches foi elaborada pela Secretaria Municipal de Educação.

Uma proposta pedagógica única para todas as creches foi elaborada por uma consultoria contratada para esse fim.

12) Em 2016, as creches municipais conveniadas adotavam estratégias de interação com as famílias?

✓ **Sim**

Não

12.1) Quais as estratégias de interação com as famílias de crianças matriculadas em creches municipais conveniadas adotadas em 2016?

✓ **As famílias tinham oportunidade de conhecer as instalações das creches, bem como as equipes que nelas trabalhavam.**

✓ **Diretores, professores e demais membros da equipe escolar explicavam aos pais ou responsáveis, com clareza e em termos simples, os objetivos da educação na**

creche.

✓ Pais ou responsáveis eram estimulados a fornecer informações que ajudassem na adaptação da criança (hábitos, gostos, medos, problemas de saúde, etc).

✓ Durante o período de adaptação da criança, um membro da família era autorizado a permanecer na sala, quando isso se mostrasse necessário.

✓ Encontros periódicos com pais ou responsáveis eram realizados, para tratar do desenvolvimento e de necessidades da criança.

✓ Pais ou responsáveis eram convidados a participar de atividades pedagógicas (contação de histórias, atividades recreativas).

Pais ou responsáveis acompanhavam as crianças em atividades externas.

Pais ou responsáveis eram convidados a participar de atividades de apoio às crianças (preparo e distribuição de merenda, cuidados de higiene, etc).

13) Em 2016, as creches municipais conveniadas possuíam proposta pedagógica?

✓ Sim

Não

13.1) Como se deu a elaboração da proposta pedagógica desenvolvida pelas creches municipais conveniadas, em 2016?

✓ A proposta pedagógica foi elaborada em cada creche, a partir de diretrizes fornecidas pela Secretaria Municipal de Educação.

A proposta pedagógica foi livremente elaborada em cada creche.

Uma proposta pedagógica única para todas as creches foi elaborada pela Secretaria Municipal de Educação.

Uma proposta pedagógica única para todas as creches foi elaborada por uma consultoria contratada para esse fim.

14) Em 2016, as pré-escolas municipais adotavam estratégias de interação com as famílias?

✓ Sim

Não

14.1) Quais as estratégias de interação com as famílias de crianças matriculadas em pré-escolas municipais adotadas em 2016?

✓ As famílias tinham oportunidade de conhecer as instalações das creches e pré-escolas, bem como as equipes que nelas trabalhavam.

✓ Diretores, professores e demais membros da equipe escolar explicavam aos pais ou responsáveis, com clareza e em termos simples, os objetivos da Educação Infantil.

✓ Pais ou responsáveis eram estimulados a fornecer informações que ajudassem na adaptação da criança (hábitos, gostos, medos, problemas de saúde, etc).

Durante o período de adaptação da criança, um membro da família era autorizado a permanecer na sala, quando isso se mostrasse necessário.

✓ Encontros periódicos com pais ou responsáveis eram realizados, para tratar do desenvolvimento e de necessidades da criança.

✓ Pais ou responsáveis eram convidados a participar de atividades pedagógicas (contação de histórias, atividades recreativas).

✓ Pais ou responsáveis acompanhavam as crianças em atividades externas.

✓ Pais ou responsáveis eram convidados a participar de atividades de apoio às crianças (preparo e distribuição de merenda, cuidados de higiene, etc).

15) Em 2016, as pré-escolas municipais possuíam proposta pedagógica?

✓ Sim

Não

15.1) Como se deu a elaboração da proposta pedagógica desenvolvida pelas pré-escolas municipais, em 2016?

✓ A proposta pedagógica foi elaborada em cada pré-escola, a partir de diretrizes fornecidas pela Secretaria Municipal de Educação.

A proposta pedagógica foi livremente elaborada em cada pré-escola.

Uma proposta pedagógica única para todas as pré-escolas foi elaborada pela Secretaria Municipal de Educação.

Uma proposta pedagógica única para todas as pré-escolas foi elaborada por uma consultoria contratada para esse fim.

Acesso e qualidade nos anos iniciais do Ensino Fundamental

16) Em 2016, o Município ofereceu oportunidades de formação continuada aos docentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental municipal?

✓ **Sim**

Não

O Município não oferecia os anos iniciais do Ensino Fundamental.

16.1) Em 2016, as oportunidades de formação continuada foram oferecidas:

✓ **A todos os docentes dos anos iniciais.**

A parte dos docentes dos anos iniciais.

16.2) O conteúdo da formação continuada oferecida aos docentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental municipal, em 2016, foi definido:

Em cada escola ou grupo de escolas com clientela semelhante.

✓ **Pela Secretaria Municipal de Educação.**

Pela instituição (faculdade, consultoria) responsável pelo desenvolvimento das ações.

17) Em 2016, as escolas municipais que ofereciam os anos iniciais do Ensino Fundamental adotavam estratégias de interação com as famílias?

✓ **Sim**

Não

17.1) Quais as estratégias de interação com as famílias de alunos matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental em escolas municipais adotadas em 2016?

✓ **As famílias tinham oportunidade de conhecer as instalações das escolas e as equipes que nelas trabalhavam.**

✓ **Diretores, professores e outros membros da equipe escolar explicavam aos pais ou responsáveis, com clareza e em termos simples, a proposta pedagógica da escola.**

✓ **Os procedimentos escolares relativos a disciplina e a avaliação eram detalhadamente explicados e discutidos com os pais ou responsáveis.**

- ✓ Os diretores das escolas recebiam periodicamente os pais ou responsáveis, para discutir questões relacionadas à gestão da escola, ouvir opiniões e buscar em conjunto soluções para problemas.
- ✓ As "reuniões de pais" não se resumiam a críticas e cobranças. Os professores tratavam do desenvolvimento e das necessidades dos alunos.
- ✓ Coordenadores pedagógicos, psicólogos, orientadores educacionais e assistentes sociais, quando existentes nas escolas, explicavam aos pais ou responsáveis suas funções e definiam, com eles, formas de agir em casos de problemas específicos.
- ✓ Pais ou responsáveis eram estimulados a fornecer informações que ajudassem no desenvolvimento dos alunos (hábitos, gostos, medos, problemas de saúde, etc).
- ✓ Pais ou responsáveis de alunos do 1º ano eram especificamente orientados para apoiar a transição da Educação Infantil ao Ensino Fundamental.

Pais ou responsáveis eram convidados a acompanhar os alunos em atividades externas.

Pais ou responsáveis eram convidados a participar de atividades de apoio (preparo e distribuição de merenda, atividades de manutenção das escolas).

18) Em 2016, as escolas municipais que ofereciam os anos iniciais do Ensino Fundamental possuíam proposta pedagógica?

- ✓ Sim, todas possuíam.

Sim, algumas possuíam.

Não.

18.1) Como se deu a elaboração da proposta pedagógica desenvolvida pelas escolas municipais que ofereciam os anos iniciais do Ensino Fundamental, em 2016?

- ✓ A proposta pedagógica foi elaborada em cada escola, a partir de diretrizes fornecidas pela Secretaria Municipal de Educação.

A proposta pedagógica foi livremente elaborada em cada escola.

Uma proposta pedagógica única para todas as escolas foi elaborada pela Secretaria Municipal de Educação.

Uma proposta pedagógica única para todas as escolas foi elaborada de maneira conjunta entre as escolas e a Secretaria Municipal de Educação.

Uma proposta pedagógica única foi elaborada pela Secretaria Municipal de Educação, em conjunto com outros atores da rede.

As diretrizes foram elaboradas pela Secretaria Municipal de Educação, em conjunto com outros atores da rede.

Proteção em situações de risco

Última atualização em 24/01/2018 às 16:24 por Suzete Faustina dos Santos

Prevenção e combate à violência doméstica, sexual e institucional

1) Em 2016, o Município possuía Plano Municipal de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes?

Sim. Possuía plano de enfrentamento de qualquer tipo de violência.

✓ **Possuía plano de enfrentamento da violência sexual.**

Não possuía nenhum plano relacionado ao tema.

1.1) Quais dos seguintes aspectos estavam incluídos no Plano Municipal em vigor em 2016?

✓ **Realização de campanhas de esclarecimento e mobilização.**

Criação de programas de orientação a crianças e adolescentes (conteúdos de prevenção e reação).

✓ **Capacitação de profissionais das áreas de Educação, Saúde e Assistência Social (conteúdos de prevenção e atendimento).**

Formação continuada de conselheiros tutelares.

Implantação e / ou aperfeiçoamento da utilização do SIPIA - Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência.

✓ **Padronização e formalização de procedimentos de atenção à criança e ao adolescente vítimas de violência.**

✓ **Atenção às famílias de crianças e adolescentes vítimas de violência.**

Atenção ao autor (pessoa que comete) de violência contra crianças e adolescentes.

✓ **Coordenação de ações entre órgãos públicos municipais.**

✓ **Coordenação de ações com órgãos públicos estaduais e / ou federais.**

✓ **Coordenação de ações com organizações sociais.**

Coordenação de ações com empresas e entidades profissionais.

Combate à impunidade e capacitação de profissionais das áreas jurídica e de segurança.

Realização de estudos e pesquisas sobre o tema da violência contra crianças e adolescentes.

✓ **Divulgação de informações sobre violência contra crianças e adolescentes, bem como sobre ações preventivas e corretivas realizadas pelo Município.**

Criação de mecanismos de incentivo à participação ativa de crianças e adolescentes na defesa de seus direitos.

1.2) O Plano Municipal em vigor em 2016 foi aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente?

✓ **Sim**

Não

1.2.1) Registrar informações sobre a aprovação do Plano Municipal pelo CMDCA.

Resolução nº

239/2012

Data da publicação

30/01/2013

2) Em 2016, o Município possuía Comitê (ou Comissão) de Prevenção e Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes, criado e em funcionamento?

✓ **Sim. O Comitê estava criado e em funcionamento.**

O Comitê estava criado, mas não estava em funcionamento.

Não. O Comitê não havia sido criado.

2.1) Registrar informações sobre a criação do Comitê (ou Comissão) de Prevenção e Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes.

Instrumento legal (lei, decreto, portaria)

Decreto

Nº

Decreto 3765 de 30-07-2001, publicado em 31-07-2001 e reestruturado pelo Decreto 7445 de 18-05-2016, publicado no Diário Oficial de 19-05-2016.

Data da publicação

31/07/2001

3) Em 2016, o Município mantinha parcerias para o tratamento das questões relativas a violências contra crianças e adolescentes?

Sim

Não

3.1) Quais as parcerias mantidas com órgãos não pertencentes ao governo municipal e com instituições da sociedade civil para o tratamento das questões relativas a violências contra crianças e adolescentes, em 2016?

Com órgãos da Segurança Pública.

Com o Ministério Público.

Com organizações sociais.

Com igrejas ou entidades religiosas.

Com empresas.

Com organizações de trabalhadores e de empregadores.

4) Em 2016, o Município incentivava a denúncia de qualquer tipo de violência contra crianças e adolescentes?

Sim

Não

4.1) De que forma o Município incentivava a denúncia de qualquer tipo de violência contra crianças e adolescentes, em 2016?

Divulgando o Disque 100 – Disque Denúncia Nacional.

Divulgando o número do Disque Denúncia Estadual.

✓ **Divulgando o número do Disque Denúncia Municipal.**

✓ **Divulgando o número do(s) Conselho(s) Tutelar(es).**

5) As denúncias de qualquer tipo de violência contra crianças e adolescentes eram centralizadas em algum órgão municipal, em 2016?

Sim

✓ **Não**

5.1) Que órgão municipal centralizava as denúncias de qualquer tipo de violência contra crianças e adolescentes, em 2016?

Depende de: Questão 5, alternativa 1

Um dos Conselhos Tutelares reunia todas as informações sobre as denúncias.

Todos os Conselhos Tutelares dispunham das mesmas informações sobre todas as denúncias.

As denúncias eram centralizadas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

As denúncias eram centralizadas na Assistência Social.

As denúncias eram centralizadas na Saúde.

As denúncias eram centralizadas na Educação.

As denúncias eram centralizadas na Polícia Cível (delegacias).

6) Em 2016, o Município dispunha de procedimentos de averiguação das denúncias de qualquer tipo de violência contra crianças e adolescentes recebidas?

✓ **Sim**

Não

7) Em 2016, o Município dispunha de procedimentos definidos de notificação de qualquer tipo de violência contra crianças e adolescentes por setores e serviços das áreas de Saúde, Educação e Assistência Social?

✓ **Sim**

Não

7.1) Quais setores e serviços tinham a notificação de qualquer tipo de violência contra crianças e adolescentes incorporada a suas rotinas de trabalho, em 2016?

- ✓ **Os serviços públicos de Saúde.**

Os serviços privados de Saúde.

- ✓ **As escolas municipais.**

- ✓ **As escolas estaduais e / ou federais.**

As escolas particulares.

- ✓ **Os serviços municipais de Assistência Social.**

- ✓ **As entidades conveniadas de Assistência Social.**

Os serviços de Segurança Pública.

7.2) A que órgão eram dirigidas as notificações de qualquer tipo de violência contra crianças e adolescentes, em 2016?

- ✓ **Ao(s) Conselho(s) Tutelar(es).**

Ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

- ✓ **Aos serviços municipais de Assistência Social.**

7.3) As notificações de qualquer tipo de violência contra crianças e adolescentes eram centralizadas em algum órgão municipal, em 2016?

- ✓ **Sim**

Não

7.3.1) Que órgão municipal centralizava as notificações de qualquer tipo de violência contra crianças e adolescentes, em 2016?

Um dos Conselhos Tutelares reunia todas as notificações.

Todos os Conselhos Tutelares dispunham das mesmas informações sobre as notificações.

As notificações eram centralizadas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

- ✓ **As notificações eram centralizadas na Assistência Social.**

8) Em 2016, o Município dispunha de procedimentos de acompanhamento das notificações de qualquer tipo de violência contra crianças e adolescentes?

✓ Sim

Não

9) Em 2016, o Município dispunha de procedimentos definidos (sistema, protocolo, fluxo) de atendimento dos casos confirmados de qualquer tipo de violência contra crianças e adolescentes?

✓ Sim

Não

9.1) Os procedimentos de atendimento dos casos confirmados de qualquer tipo de violência contra crianças e adolescentes adotados em 2016 incluíam:

- ✓ Encaminhamento da criança ou adolescente para atendimento médico.
- ✓ Encaminhamento da criança ou adolescente para atendimento psicológico.
- ✓ Encaminhamento da criança ou adolescente para serviços assistenciais.
- ✓ Encaminhamento da família para serviços assistenciais.

Encaminhamento do agressor para atendimento psicológico e / ou para serviços assistenciais.

- ✓ Acolhimento da criança ou adolescente em serviços especializados, em casos de necessidade de afastamento temporário da família (violência doméstica de qualquer tipo).
- ✓ Acionamento de órgãos de responsabilização.

10) Em 2016, o Município acompanhava o atendimento aos casos confirmados de qualquer tipo de violência contra crianças e adolescentes?

✓ Sim

Não

Prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção ao adolescente trabalhador

11) Em 2016, o Município possuía Plano Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e de Proteção ao Adolescente Trabalhador?

✓ **Sim. Possuía plano que abordava o trabalho infantil e o adolescente trabalhador.**

Possuía plano que abordava o trabalho infantil.

Não possuía nenhum plano relacionado ao tema.

11.1) O Plano Municipal em vigor em 2016 foi aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente?

✓ **Sim**

Não

11.1.1) Registrar informações sobre a aprovação do Plano Municipal pelo CMDCA.

Resolução nº

153

Data da publicação

30/12/2010

12) Em 2016, o Município possuía Comitê (ou Comissão) de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, criado e em funcionamento?

✓ **Sim. O Comitê estava criado e em funcionamento.**

O Comitê estava criado, mas não estava em funcionamento.

Não. O Comitê não havia sido criado.

12.1) Registrar informações sobre a criação do Comitê (ou Comissão) de Prevenção Erradicação do Trabalho Infantil.

Instrumento legal (lei, decreto, portaria)

Decreto

Nº

3918

Data da publicação

29/05/2002

13) Em 2016, o Município mantinha parcerias visando à erradicação do trabalho infantil e à proteção ao adolescente trabalhador?

✓ Sim

Não

13.1) Quais as parcerias mantidas com órgãos não pertencentes ao governo municipal e com instituições da sociedade civil visando à erradicação do trabalho infantil e à proteção ao adolescente trabalhador, em 2016?

✓ Com o Ministério Público / Ministério Público do Trabalho.

✓ Com Agências Regionais do Trabalho e Emprego.

Com centrais sindicais e associações de trabalhadores e de empregadores.

Com as entidades do Sistema S.

✓ Com organizações sociais.

Com igrejas ou entidades religiosas.

14) Em 2016, havia, no Município, crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil?

✓ Sim

Não

Não sabemos informar.

14.1) Em 2016, o Município tinha conhecimento de quais eram as principais atividades desenvolvidas por crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil?

✓ Sim, tinha conhecimento.

Não tinha conhecimento.

14.1.1) Quais eram as principais atividades desenvolvidas por crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, em 2016?

Serviços domésticos fora da residência familiar (faxina, cuidado de crianças, jardinagem).

- ✓ **Atividades em semáforos / faróis (malabarismo, venda de produtos, limpeza de vidros).**
- ✓ **Atividades em vias e locais públicos (venda de produtos, guarda de carros).**

Trabalho em olarias e carvoarias.

Trabalho na lavoura, com a família.

Trabalho na lavoura, sem a família.

Trabalho como ajudante geral em indústrias.

- ✓ **Tráfico de drogas.**
- ✓ **Exploração Sexual.**

14.2) Em 2016, o município possuía dados sistematizados sobre as crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil?

✓ **Sim**

Não

14.2.1) Quantas crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil havia no município, em 2016:

Quantidade de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil

130

14.2.2) Em 2016, o município possuía dados sistematizados por grupos etários sobre as crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil?

✓ **Sim**

Não

14.2.2.1) Quantas crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil havia no município, em 2016:

5 a 9 anos

10.00

10 a 13 anos

57.00

14 a 15 anos

42.00

16 ou 17 anos

13.00

15) Em 2016, o Município dispunha de procedimentos de identificação de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil?

✓ Sim

Não

15.1) Como se realizava a identificação de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, em 2016?

✓ Era realizada através de busca ativa pelas equipes técnicas da Assistência Social, em visitas domiciliares e potenciais locais de trabalho.

✓ Eram identificadas pelas escolas municipais e pelos atendimentos realizados pelas Unidades Básicas de Saúde, CRAS e CREAS.

O Município utilizava dados das fiscalizações realizadas pelas Agências Regionais do Trabalho.

✓ Eram utilizados dados do IBGE (Censos Demográficos, PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) e de outras fontes.

16) Em 2016, o Município incentivava a denúncia da existência de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil?

✓ Sim

Não

16.1) De que forma o Município incentivava a denúncia da existência de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, em 2016?

✓ Divulgando o Disque 100 – Disque Denúncia Nacional.

- ✓ **Divulgando o número do Disque Denúncia Estadual.**
- ✓ **Divulgando o número do Disque Denúncia Municipal.**
- ✓ **Divulgando o número do(s) Conselho(s) Tutelar(es).**

17) As denúncias de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil eram centralizadas em algum órgão municipal, em 2016?

✓ **Sim**

Não

17.1) Que órgão municipal centralizava as denúncias de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, em 2016?

- ✓ **As denúncias eram centralizadas na Assistência Social.**

Um dos Conselhos Tutelares reunia todas as informações sobre as denúncias.

Todos os Conselhos Tutelares dispunham das mesmas informações sobre as denúncias.

As denúncias eram centralizadas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

18) Em 2016, o Município dispunha de procedimentos de averiguação das denúncias de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil?

✓ **Sim**

Não

19) Em 2016, as informações sobre crianças e adolescentes identificados em situação de trabalho infantil eram encaminhadas aos órgãos de fiscalização do trabalho, para as medidas cabíveis junto aos empregadores?

✓ **Sim**

Não

20) Em 2016, havia, no Município, crianças e adolescentes retirados do trabalho infantil?

✓ **Sim**

Não

20.1) Em 2016, o Município realizava acompanhamento das crianças e adolescentes retirados do trabalho infantil, de modo a coibir a reincidência?

✓ **Sim**

Não

20.1.1) Em 2016, foram acompanhados:

✓ **Todos os casos de crianças e adolescentes retirados do trabalho infantil.**

Parte dos casos de crianças e adolescentes retirados do trabalho infantil.

20.2) Em 2016, o Município desenvolvia ações destinadas às crianças e adolescentes retirados do trabalho infantil?

✓ **Sim**

Não

20.2.1) Quais as ações desenvolvidas pelo Município para as crianças e adolescentes retirados do trabalho infantil, em 2016?

✓ **Inserção no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.**

✓ **Inserção em programas de jornada ampliada, nas escolas municipais.**

Inserção em programas de jornada ampliada, em escolas estaduais e / ou federais.

✓ **Inclusão em projetos esportivos.**

✓ **Inclusão em atividades culturais (música, dança, artes plásticas).**

✓ **Matrícula em programas de iniciação e formação profissional.**

20.3) Em 2016, o Município oferecia apoio às famílias de crianças e adolescentes retirados do trabalho infantil?

✓ **Sim**

Não

20.3.1) Que tipo de apoio era oferecido às famílias de crianças e adolescentes retirados do trabalho infantil, em 2016?

- ✓ **Inserção nos serviços de proteção e atendimento da Assistência Social.**
- ✓ **Participação em programas de geração de renda.**
- ✓ **Transferência direta de renda, por meio de programas estaduais ou municipais (exceto Programa Bolsa Família).**

21) Em 2016, existiam, no Município, famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família com crianças e / ou adolescentes inseridos no PETI?

✓ **Sim**

Não

21.1) Em 2016, o Município realizava acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, quanto ao cumprimento das condicionalidades do PETI?

✓ **Acompanhava todas as famílias.**

Acompanhava parte das famílias.

Não acompanhava.

22) Até 2016, o Município divulgava a Lei da Aprendizagem, estimulava e orientava as empresas para a contratação de adolescentes aprendizes?

✓ **Sim**

Não

22.1) Em 2016, havia adolescentes aprendizes no município?

✓ **Sim**

Não

22.1.1) O município possuía dados sistematizados sobre o total de adolescentes aprendizes, em 2016?

✓ **Sim**

Não

22.1.1.1) Quantos adolescentes aprendizes havia no município, em 2016?

Quantidade de adolescentes aprendizes

1582

23) Até 2016, o Município divulgava o Programa Primeiro Emprego, estimulava e orientava jovens e empresas para o cadastramento e a contratação?

✓ Sim

Não

24) Até 2016, o Município divulgava o PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, estimulava e orientava os jovens para a participação?

✓ Sim

Não

Não havia oferta de cursos técnicos ou de qualificação profissional no Município, em 2016.

Prevenção e proteção de crianças e adolescentes em situação de migração e desastres naturais

25) Em 2016, o Município possuía Núcleos Comunitários de Defesa Civil - NUDEC, em funcionamento?

✓ Sim

Não

26) Em 2016, o Município possuía plano municipal voltado à redução de riscos de desastres, à assistência às populações atingidas e à recuperação das áreas afetadas?

✓ Sim

Não

26.1) Qual(is) o(s) tipo(s) de plano municipal voltado à redução de riscos de desastres, à assistência às populações atingidas e à recuperação das áreas afetadas em vigor no Município, em 2016?

- ✓ Plano Municipal de Proteção e Defesa Civil.
- ✓ Plano Municipal de Gestão de Risco e Resposta a Desastres Naturais.
- ✓ Plano(s) de Contingência de Desastres Naturais.

26.2) O(s) plano(s) municipal(is) em vigor em 2016 contemplava(m), expressamente, ações de proteção voltadas a crianças e adolescentes?

Sim

- ✓ Não

27) Quais das seguintes ações preventivas de situações de desastres e preparatórias, em caso de ocorrência, haviam sido executadas pelo Município, até 2016?

- ✓ Desenvolvimento de campanhas educativas voltadas à redução de riscos de desastres, focalizando temas como desmatamento, construções irregulares, descarte de lixo.
- ✓ Identificação e mapeamento de áreas de risco de desastre.
- ✓ Realização de obras de proteção ambiental e de infraestrutura, tais como, reflorestamento, contenção de encostas, serviços de drenagem.

Identificação de crianças e adolescentes residentes em áreas de risco de desastre, em especial aquelas com deficiências ou doenças crônicas.

- ✓ Definição das competências e atribuições dos diversos setores municipais (secretarias, órgãos e conselhos) no atendimento a situações de desastre.
- ✓ Capacitação de membros das comunidades, para agir em situação de desastre.
- ✓ Definição de fluxos de atendimento para pessoas desalojadas e desabrigadas.
- ✓ Definição de procedimentos de atendimento de crianças e adolescentes desacompanhados dos pais ou responsáveis, incluindo procedimentos de rastreamento e reunificação familiar.
- ✓ Definição de locais adequados para abrigar temporariamente crianças, adolescentes e suas famílias, em situação de desastre, evitando a utilização de escolas para esse fim.

Identificação, seleção e capacitação de Famílias Acolhedoras para acolhimento temporário de crianças e adolescentes em situação de desastre, desacompanhados dos pais ou responsáveis.

- ✓ **Definição das ações de atenção à saúde de crianças e adolescentes em situação de desastre, incluindo o acompanhamento pós-desastre.**
- ✓ **Definição de locais e capacitação de recursos humanos para atendimento ambulatorial e hospitalar de crianças e adolescentes em situação de desastre, incluindo transporte seguro para esses locais e acompanhamento por agentes públicos, em caso de ausência de pais ou responsáveis.**
- ✓ **Inclusão, nos currículos das escolas municipais, de temas relacionados à educação ambiental, à redução de riscos de desastres e à defesa civil.**
- ✓ **Definição de plano de segurança escolar, incluindo procedimentos de alerta e evacuação, de acordo com os diferentes grupos etários.**
- ✓ **Capacitação de gestores escolares e professores para agir em situação de desastre.**
- ✓ **Planejamento da atuação da Segurança Pública nos locais atingidos por desastre, bem como nos locais de acolhimento de pessoas desabrigadas ou desalojadas.**
- ✓ **Planejamento de ações preventivas e de atendimento em casos de violências contra crianças e adolescentes em áreas atingidas por desastre, bem como nos locais de acolhimento temporário.**

Nenhuma ação havia sido executada pelo Município até 2016

28) Em 2016, o Município havia aderido ao Protocolo Nacional para Proteção Integral de Crianças e Adolescentes em Situação de Desastres?

✓ **Sim**

Não

29) Em 2016, havia, no Município, presença significativa de crianças e adolescentes migrantes nacionais (originários de outros estados brasileiros) e / ou imigrantes (originários de outros países)?

✓ **Sim**

Não

29.1) Em 2016, o Município executava ações específicas de proteção a crianças e adolescentes migrantes e imigrantes?

✓ **Sim**

Não

29.1.1) Quais das seguintes ações de proteção especificamente voltadas a crianças e adolescentes migrantes e imigrantes eram executadas pelo Município, em 2016?

- ✓ Abrigo emergencial para as crianças, adolescentes e suas famílias.
- ✓ Cursos de português para as crianças, adolescentes e suas famílias.

Apoio à regularização de documentação para imigrantes (vistos permanentes, documentação dos familiares adultos para o trabalho).

- ✓ Regularização do Registro Civil.

Inserção no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

- ✓ Garantia de acesso aos serviços de Saúde e Educação.
- ✓ Desenvolvimento do respeito à diversidade, nas escolas, por meio de atividades voltadas à valorização de outras culturas e a diferenças na fala e na alimentação, por exemplo.
- ✓ Desenvolvimento de atividades recreativas e culturais, em parceria com organizações sociais.

- ✓ Inserção das famílias nos serviços de proteção e atendimento da Assistência Social.

- ✓ Inserção das famílias em programas de geração de renda.

Apoio à fiscalização do trabalho para identificação e responsabilização de situações de trabalho infantil e de trabalho escravo.

Envio para validação

Enviado em 30/01/2018 às 11:41 por Suzete Faustina dos Santos

Validação do CMDCA

Validado em 30/01/2018 às 13:58 por Edmir Santos Nascimento

Validação do(a) Prefeito(a)

Validado em 30/01/2018 às 12:16 por PAULO ALEXANDRE PEREIRA BARBOSA